



Boletim do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal de SC - Filiado à FENAJUFE - nº 808 - 21.11.07

Sintrajusc busca apoio para garantir recesso dos servidores

Audiência com dep. Carlito Merss (PT) discutiu matérias de interesse da categoria

Quatro assuntos de interesse da categoria foram pauta de uma audiência da diretoria do Sintrajusc com o deputado federal Carlito Merss (PT) em Joinville, nesta segunda-feira (19). Agendada a pedido do sindicato, a reunião tratou, dentre outros assuntos, do projeto que trata do fim do recesso do judiciário. A intenção do sindicato é sensibilizar o parlamentar para que haja em favor dos trabalhadores. O Sintrajusc também está agendando audiências com outros deputados federais na tentativa de sensibilizá-los para que derrubem o substitutivo aprovado no Senado que põe fim ao recesso do judiciário.

O projeto original (PL 6.645/06) apresentado pelo deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS), pretendia alterar o Código de Processo Civil e uniformizar o recesso em todo o Judiciário. Pelas regras atuais atualmente, na Justiça Estadual, cada tribunal decide se terá o descanso de final de ano ou não. O deputado, que pretendia assegurar o descanso dos advogados, argumenta que a atividade jurisdicional ininterrupta prejudica particularmente os profissionais que trabalham em pequenos escritórios ou individualmente, que são incapazes de abandonar suas atividades em função

da continuidade dos prazos nos juízos e tribunais.

A proposição foi aprovada na Câmara, mas um substitutivo alterando o seu conteúdo foi proposto pelo senador Pedro Simon (PMDB/RS) e aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (PLC nº 06/2007). A matéria aguarda segunda votação em plenário antes de voltar à Câmara, obedecendo a tramitação regular dos projetos que recebem substitutivo. Após a apreciação nas comissões da Casa, o projeto segue para o plenário, que decidirá se aceita as alterações do Senado ou se mantém a redação aprovada pelos deputados.

Outras reivindicações:

- **Pela retirada do PLP 248/98** - Velha herança do governo FHC, o projeto ameaça os servidores de demissão por “insuficiência de desempenho”, regulamentando a contra-reforma administrativa (Emenda Constitucional 19) de 1998. A proposição foi provada no dia 09/10 pela Comissão de Trabalho da Câmara e agora segue para votação em plenário.

- **Pela aprovação do PL 319/07** - De origem do STF, altera a Lei 11416/06, instituindo o adicional de qualificação

para os Técnicos e Auxiliares Judiciários com diploma de graduação e recoloca a carreira única do Judiciário Federal. Atualmente, tramita na Comissão de Finanças e aguarda parecer do relator Aelton Freitas (PR/MG).

- **Pela retirada do PLP-1/2007** – Vinculado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, o projeto limita a despesa com pessoal e encargos sociais da União ao valor liquidado no ano anterior, corrigido pela variação acumulada do INPC até 2016. O projeto tramita em regime de prioridade

O Deputado recebeu um memorial elaborado pelo sindicato relacionando as matérias de interesse da categoria. Carlito Merss disse que acompanhará os projetos e prometeu um retorno sobre o seu posicionamento o mais breve possível. Os coordenadores do sindicato pediram atenção especial para a rejeição das emendas do Senado ao PL 6645/06 que retiram o recesso forense e o PL 319/07 de origem do STF que está na Comissão de Finanças. Ele enalteceu a iniciativa do sindicato e sugeriu que a abordagem seja feita a todos os deputados, para que haja o esclarecimento sobre os projetos que tramitam de interesse dos servidores.

Assembléia Geral

Dia 23, sexta-feira, às 13 horas, em frente ao TRT

Fim do recesso, direito de greve, negociação coletiva e demissão no serviço público; regulamentação do PCS; pagamento dos passivos; Marcha em Brasília no dia 5 de dezembro e eleição dos delegados para a Reunião Ampliada da Fenajufe. Participe!

Sintrajusc ganha liminar contra desconto da URV

O juiz substituto da 2ª Vara de Florianópolis, Hildo Nicolau Peron, deferiu a ação ajuizada pela assessoria jurídica do Sintrajusc para suspensão dos descontos referentes à devolução dos valores da URV e enviou ofício ao presidente do TRT nesta segunda-feira (19 de novembro). Na ação, o advogado Luciano Carvalho da Cunha argumenta que “os valores recebidos foram pagos a maior em razão de erro da Administração e recebidos de boa-fé pelos servidores, o que afastaria a obrigação ao ressarcimento”.

A assessoria jurídica do Sintrajusc ajuizou a ação ordinária com pedido de tutela antecipada no dia (14) para evitar os descontos referentes à devolução dos valores da URV pagos a mais em nome dos trabalhadores da

Justiça do Trabalho. Na primeira semana de novembro, os servidores acusaram recebimento de despacho da diretoria geral do Tribunal comunicando o desconto na próxima folha de pagamento.

Em julho deste ano, a administração do TRT chegou a realizar esses descontos sem prévio aviso, o que provocou indignação da categoria, que nada tem a ver com o erro de cálculo que gerou a tal dívida. O sindicato, então, entrou com pedido administrativo para reverter a situação. É pena que a pressa em efetuar os descontos, no entanto, não se repita quando o assunto é o pagamento dos passivos! À época, a administração também reconheceu que excedeu o limite de desconto permitido por lei para alguns servidores.

A tutela concedida na ação ordinária dá tranquilidade a todos os servidores da justiça do trabalho e abre uma janela para que possamos rediscutir a URV e os sucessivos erros cometidos pela administração no cálculo de passivos devidos aos servidores.

VEM AÍ

Festa de
final de
ano do
Sintrajusc

15 de dezembro
Lira Tênis Clube

Sintrajusc recebe as chaves da nova sede do Campeche

Nesta terça-feira (20) o servidor Miguel Inácio membro da comissão eleita em assembléia para o investimento na sede social e o coordenador do sindicato Robak Barros receberam as chaves das novíssimas instalações da sede de praia do sindicato. O construtor e Engenheiro Civil Jorge Machado, que é servidor da Justiça Federal e filiado do Sintrajusc, concluiu seu trabalho dentro dos prazos estabelecidos. A nova sede conta com mais dois blocos com quatro apartamentos cada, equipados e com mobílias, com cozinha e sala conjugados, quarto e banheiro, um campo de futebol suíço, área de lazer infantil, dois quiosques externos com

churrasqueiras e ampla área de estacionamento.

O novo regulamento para uso do espaço está publicado na página do Sintrajusc na internet (www.sintrajusc.org.br). Cada filiado pode reservar até dez dias durante a temporada para desfrutar da sede na companhia de seus dependentes ou mesmo convidados. Os agendamentos somente poderão ser realizados através da página do sindicato. A taxa diária é de R\$ 5,00 para dependentes e filiados, mediante o desconto em folha de pagamento através de convênio SINTRAJUSC, e R\$ 10,00 para convidados. As reservas podem ser feitas a partir do dia 1º exclusivamente pela internet.

Churrasco de adesão

A inauguração das dependências acontecerá no próximo dia 1º de dezembro (sábado) ao meio dia, com um churrasco de adesão. Os convites estão à venda na sede do Sintrajusc e custam R\$ 10,00 para os filiados e R\$ 15,00 para dependentes e não filiados.

Na próxima quinta (22) e segunda-feira (26), funcionários do Sintrajusc passarão nos três tribunais para venda dos convites. Os servidores do interior poderão fazer suas reservas pelo telefone (48) 3222 4668.